UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Mariana Faria Carias

Dispositivos de Educação Financeira: Uma Análise dos Livros Infantis do Procon/JF

Juiz de Fora
2025

Mariana Faria Carias

Dispositivos de Educação Financeira: Uma Análise dos Livros Infantis do Procon/JF

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte das exigências para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, no âmbito da Universidade Federal de Juiz de Fora, sob orientação do Prof. Dr. Giovani Cammarota Gomes

Juiz de Fora, 18 de agosto de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Giovani Cammarota Gomes

Universidade Federal de Juiz de Fora

Orientador

Profa. Dra. Sônia Maria Clareto

Universidade Federal de Juiz de Fora

Avaliador

Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica.

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Agradeço à espiritualidade que esteve comigo nos momentos em que a mente se cansava, o corpo hesitava e tudo parecia silencioso. Foi essa força, invisível mas sentida, que me deu sustento e coragem para chegar até aqui.

À minha família , minha base e alicerce, pelo amor e sustento presentes em todas as fases da minha vida. Em especial, agradeço minha mãe, Lucimar Faria, por acreditar em mim quando eu mesma não acreditei, por cada esforço para nos manter de pé, por ser exemplo de determinação, dedicação, coragem, fé e amor. Sem você, eu nada seria.

À minha prima, Natália Médice, minha primeira inspiração acadêmica, responsável por diversas orientações e conversas ao longo da minha graduação. Obrigada por ser referência enquanto mulher, estudante e professora.

Ao meu companheiro, Lucas Martins, que se fez presente em cada momento dessa trajetória, partilhando os momentos de realizações, alegrias, incertezas e desafios. Exemplo de disciplina e esforço, que me ensina todos os dias que vale a pena lutar pelo o que a gente sonha. Obrigada por se fazer presente com seu jeito doce, calmo e gentil, sendo o suporte que eu precisava quando eu nem mesmo sabia.

À todas as minhas amigas que, por um presente divino, são tantas que não caberiam em um simples parágrafo. Trilhar esse caminho tendo a amizade de vocês tornou o caminho mais leve e bonito. Obrigada por todo apoio e companheirismo, me mantendo de pé e confiante durante o processo.

Aos meus professores, pessoas que contribuíram para a professora que me tornei ao longo da graduação. Em especial ao Giovani Cammarota, que mais que um orientador, foi um grande amigo. Serei eternamente grata por cada reunião, conversa e por toda paciência e compreensão ao longo do processo duro de escrita.

À todos que, de alguma forma, se fizeram presentes e contribuíram em minha formação e para a realização deste trabalho.

Meus sinceros, obrigada!

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1. Quadro esquemático das estratégias e justificativas para implementação da Educação Financeira nas escolas do Brasil 14

RESUMO

A educação financeira foi instituída nas políticas educacionais brasileiras a partir das orientações da OCDE e da ENEF, sendo propagada em espaços educativos como a Escola de Direito do Consumidor e Educação Financeira (EDCEF) do Procon/JF. Nesse contexto, a literatura infantil tem sido utilizada como recurso pedagógico para ensinar educação financeira, o que gera inquietações em suas intencionalidades e os modos de subjetivação que as mobiliza. Assim, a pesquisa buscou refletir e buscar respostas para a seguinte questão: que dispositivos de educação financeira os livros infantis utilizados no Procon produzem? Que dispositivos de produção das infâncias esses livros produzem? O objetivo foi analisar de que maneira a literatura infantil contribui para a formação de subjetividades neoliberais e capitalistas. O estudo se desenvolveu como uma pesquisa qualitativa, com base em documentos legais da educação financeira internacional e nacionalmente, os documentos institucionais da EDCEF e dois livros de seu acervo bibliográfico: "Zequinha e a porquinha Poupança", de Álvaro Modernell, e "A Família Mais Rica do Mundo", de Jonas Ribeiro. Os resultados evidenciaram que, ainda que distintos em sua estrutura, os livros convergem na propagação de valores alinhados à lógica do mercado financeiro. Entretanto, conclui-se que a política de uso se apresenta como elemento a fim de definir a percepção discursiva da narrativa.

Palavras-chave: Educação Financeira; Subjetividade; Dispositivos; Literatura Infantil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 8
1 - EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE NO CONTEXTO DE FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL 11
2 - O PROCON E OS LIVROS INFANTIS - Dispositivos de Estado e de Subjetivação 21
2.1 - Mapeamento das Ações Educativas dos Procons - O que dizem as produções acadêmicas 21
2.2 - A Escola de Direito do Consumidor e Educação Financeira do Procon/JF - Documentos legais, estrutura organizacional e objetivos. 24
2.3 - Os Livros Infantis e suas Contribuições no Processo de Subjetivação 26
2.4 - O Procon e os Livros a luz do conceito de Dispositivo de Foucault 28
3 - ANÁLISE DOS LIVROS DO ACERVO DA EDCEF 30
3.1 - Zequinha e a porquinha Poupança - Literatura alinhada aos objetivos da OCDE e aos Processos de Subjetivação 30
3.2 - A Família Mais Rica do Mundo - O Livro Literário-Narrativo como Dispositivo de Subjetivação 33
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS 37
REFERÊNCIAS 39

INTRODUÇÃO

Com a função principal de mediar a relação entre consumidor e fornecedor, o Procon é um órgão público presente em todos os estados e em alguns municípios do Brasil. Dentre suas atividades destacam-se o recebimento de reclamações nas relações de consumo, a atuação com medidas administrativas com o objetivo de coibir práticas abusivas de lojas, empresas e fornecedores, e também a oferta de orientações sobre questões relacionadas ao consumo. Amparada pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC), especialmente pelo Artigo 4°[1], a Agência de Proteção e Defesa do Consumidor, conhecida como Procon/JF, desenvolve atividades de pesquisa e educação voltadas para o consumo, educação financeira, sustentabilidade e meio ambiente, sob responsabilidade do Departamento de Estudos, Pesquisas e Projetos (DEPP). A equipe do DEPP é multidisciplinar, sendo composta por funcionários efetivos da prefeitura e estagiários de áreas como Direito, Economia, Psicologia e Pedagogia. Este trabalho tem origem em indagações,que surgem a partir das experiências como estagiária de pedagogia que exerce funções no setor de Projetos do Departamento.

A Supervisão de Projetos é responsável por elaborar e gerenciar ações e iniciativas direcionadas para a educação e para a garantia no acesso à informação de consumidores e fornecedores. Para chegar à questão de pesquisa, é necessária a contextualização de dois projetos em atuação pelo Procon/JF: a Escola de Defesa do Consumidor e Educação Financeira (EDCEF) e o Procon na Escola. Através da EDCEF são oferecidas atividades como o Curso de

[1] **Art. 4º** A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995): **I** - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo; **II** - ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor: **a)** por iniciativa direta; **b)** por incentivos à criação e desenvolvimento de associações representativas; **c)** pela presença do Estado no mercado de consumo; **d)** pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho. **III** - harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (art. 170, da Constituição Federal), sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores; **IV** - educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo; **V** - incentivo à criação pelos fornecedores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços, assim como de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo; **VI** - coibição e repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado de consumo, inclusive a concorrência desleal e utilização indevida de inventos e criações industriais das marcas e nomes comerciais e signos distintivos, que possam causar prejuízos aos consumidores; **VII** - racionalização e melhoria dos serviços públicos; **VIII** - estudo constante das modificações do mercado de consumo. **IX** - fomento de ações direcionadas à educação financeira e ambiental dos consumidores; (Incluído pela Lei nº 14.181, de 2021) **X** - prevenção e tratamento do superendividamento como forma de evitar a exclusão social do consumidor. (Incluído pela Lei nº 14.181, de 2021)

Educação Financeira e Orçamento Familiar, o Workshop de Precificação e a Palestra Sobre Finanças para os 60+, que podem ser realizadas na sede do Procon ou em outros espaços públicos ou privados. O Procon na Escola, por sua vez, é um projeto que dispõe de um edital lançado anualmente no qual escolas de Juiz de Fora e região, que tenham interesse em receber atividades educativas, podem se inscrever.

A educação para um consumo consciente, para a preservação do meio ambiente e por uma vida mais sustentável são temas familiares, permeados ao longo da minha trajetória escolar e social. Por outro lado, a educação financeira se apresentou como algo novo, sendo nas atividades do Procon a primeira vez em que fui levada a pensá-la como componente curricular. Logo nos primeiros dias, fui designada a função de elaborar uma lista com títulos de livros literários sobre educação financeira, consumo, meio ambiente e sustentabilidade, que seriam adquiridos através de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)[2] de uma instituição financeira, para compor a biblioteca da EDCEF. É importante dizer que tal tarefa foi um tanto desafiadora, uma vez que meu repertório literário foi pouco trabalhado ao longo dos anos, principalmente no que diz respeito à educação financeira. Em meio a dificuldade de encontrar títulos sobre a temática, cheguei a alguns exemplares em buscas de palavras chaves como "educação financeira para crianças" e "livros infantis sobre finanças". O acervo literário do Procon/JF é destinado para algumas ações que são desenvolvidas pela EDCEF. É possível encontrar alguns títulos no espaço kids do prédio e, além disso, eles também estão presentes em ações externas em que participamos enquanto instituição, como o Rua de Brincar, evento organizado pela Prefeitura de Juiz de Fora. Entretanto, uma das principais razões pelas quais foram adquiridos foi para serem usados como suporte na criação de atividades para o projeto Procon na Escola.

As escolas inscritas no projeto com turmas de Anos Inicias do Ensino Fundamental no edital do ano de 2024 tiveram como proposta um teatro de fantoches a partir do livro "Lilás: Uma Menina Diferente", um título já disponível na biblioteca da EDCEF antes da entrega do TAC citado anteriormente. O livro apresenta a história de uma menina diferente de todos os colegas. Seus gostos eram considerados estranhos, ela não tinha brinquedos convencionais e suas roupas eram doadas de sua irmã mais velha. De forma resumida, a história tem o objetivo de mostrar que, mesmo levando uma vida simples e sem muitas aquisições materiais, Lilás era

[2] O Termo de Ajuste de Conduta (TAC) é realizado no Procon-JF quando um fornecedor comete alguma infração ao Código de Defesa do Consumidor (CDC). Em alguns casos, ao invés de pagar uma multa em dinheiro, os fornecedores recebem pedidos da instituição e o valor da multa é revertido na aquisição de materiais, cestas básicas e demais produtos que serão utilizados em benefício do consumidor.

uma menina muito feliz, além de reforçar que as diferenças são o que torna cada ser único e especial. Após o momento do teatro, era realizada com os alunos uma oficina com materiais reutilizados, na qual construímos coroas, cofrinhos em formatos de tartaruga e foguete e um bilboquê feitos com papelão e garrafas PETs.

Mesmo não trabalhando com a temática da educação financeira de forma explícita, a experiência com o teatro me levou a alguns pensamentos sobre a forma como foi abordada a questão da simplicidade da menina. Na minha concepção, de fato é importante valorizarmos as coisas simples, porém, essa hipervalorização da simplicidade me remete a uma romantização da pobreza. Embora Lilás demonstrasse satisfação com seus pertences, a falta de brinquedos convencionais, como uma boneca, me remete diretamente a uma representação da limitação imposta por sua condição econômica. A mensagem implícita de que "é possível ser feliz com pouco" colabora com a romantização da pobreza, mascarando desigualdades estruturais. A partir disso, comecei a me questionar sobre os livros que chegariam, aqueles que falam explicitamente sobre educação financeira, sobre o que abordariam e de que forma fariam isso.

Diferente da busca por livros sobre educação financeira, não foi difícil entender os princípios da mesma e algumas problemáticas de sua aplicação. Chamo atenção para a palavra aplicação não só na sua forma prática mas, principalmente, nos discursos produzidos para e pelos princípios de funcionamento de um certo modo de pensar as finanças pessoais e, portanto, de pensar aos princípios e valores da educação financeira, como citado no exemplo do uso do livro da Lilás. Tendo essa compreensão, adquirida com alguns meses de estágio no Procon, educar financeiramente não me parecia mais apenas educar para a prática de economizar, organizar e investir seu dinheiro mas, também, educar para uma "domesticação" da população, pautada em um discurso meritocrata, neoliberal, com a finalidade máxima na manutenção do sistema econômico e social capitalista.

Podemos considerar os livros literários como instrumentos importantes na formação do indivíduo, seja na sua função didática com o letramento e ampliação de repertório linguístico, literário e artístico, como nos efeitos potentes na produção de si mesmo e do mundo. Dessa forma, podemos considerar os livros como uma ferramenta que pode ou não corroborar com as práticas e discursos da educação financeira pautadas nos interesses do capital. A partir das experiências relatadas e das reflexões que essas me levaram, emerge a motivação e a questão que buscarei aqui investigar: que dispositivos de educação financeira os livros infantis utilizados no Procon produzem? Que dispositivos de produção das infâncias esses livros produzem?

1 - EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE NO CONTEXTO DE FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL

Para iniciar a investigação da presente pesquisa, se faz necessário construir uma apresentação do cenário sóciopolítico-econômico mundial e sua influência na disseminação do discurso sobre a necessidade de se educar financeiramente, bem como compreender suas motivações, quais as organizações e instituições são as responsáveis por pensar e planejar ações para a educação financeira.

Nos anos 1970, o modelo de acumulação e de produção fordista do capital enfrentou uma crise, mostrando ser incompatível com as novas demandas do sistema econômico por flexibilidade. Segundo Rolnik (2018), a partir desse declínio, o regime capitalista é levado a transformações, que se manifestam de forma expressiva após a Primeira Guerra Mundial, tendo sua consolidação de fato nos anos 1990. Sua nova estrutura contemporânea é marcada pela globalização, com a internacionalização dos mercados, neoliberalismo, marcado pela ascensão do discurso político de privatização, estado mínimo e desregulamentação dos mercados, e, por fim, pela financeirização, tendo como sua principal característica o domínio e predominância das demandas e lógicas do mercado financeiro.

Nessa nova fase do capitalismo, o lucro já não depende exclusivamente da produção material de mercadorias mas, também, pela oferta de produtos financeiros. Dessa forma, existe uma hegemonia do setor financeiro sobre outros setores da economia. Britto (2012) escreve que:

> "Podemos considerar que ofertar produtos financeiros aos consumidores, constituir consumidores financeiros, reveste-se como estratégia do capital pela reedição da ideia de capital humano, para dar consecução a este volume, cada vez mais acentuado, de capital deslocado da produção para a esfera financeira. É plausível indicar que uma forma de movimentar o capital seja a oferta de produtos financeiros diversos e complexos. Essas são exatamente características do presente que estão a compor as Estratégias de Educação Financeira como justificativa, dentre outras, para a necessidade de educar financeiramente os indivíduos." (Britto, 2012, p. 35)

A partir do trecho citado, é possível compreender que é necessário educar os indivíduos para que esses saibam se posicionar dentro da lógica dessa nova forma estrutural do capitalismo contemporâneo financeirizado. Isso significa dizer que, educar financeiramente, é educar consumidores de produtos financeiros, que saibam gerir sua vida financeira, que tomem decisões econômicas racionais, que saibam calcular riscos, além de aprender a investir.

É nesse contexto que surge uma instituição emblemática no que diz respeito a orientações sobre a educação financeira, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Com a justificativa de atender a preocupações dos 34 países membros sobre três processos em curso: grande número de trabalhadores a se aposentar com um cenário de baixa garantia previdenciária promovida pelos Estados; aumento do endividamento; e a exclusão do sistema bancário decorrente do aumento de transações eletrônicas, a OCDE cria o *Financial Education Project* (Cunha, 2020). A Educação Financeira se apresenta como um instrumento capaz de capacitar indivíduos e ofertar o letramento financeiro. Segundo a própria organização, o objetivo de educar financeiramente é puramente econômico e, além disso, se mostra como componente de suma importância para o contexto escolar, uma vez entendido que "educar indivíduos tão cedo quanto possível sobre questões financeiras" traria resultados positivos para as demandas econômicas dos países membros (OCDE, 2005, p.11).

É importante ressaltar que a educação financeira passa a ser inserida nas avaliações do Programme for International Student Assessment (PISA). Isso porque ressalta o fenômeno da globalização, colocando a educação no lugar de padronização de habilidades e competências elaboradas por uma organização intergovernamental.

A OCDE é um organismo internacional cujo os membros que a compõem são países do mundo desenvolvido, o que a coloca numa posição de "algo a ser alcançado" por países subdesenvolvidos. Esse é o caso do Brasil, que demonstra uma pretensão política em se tornar um membro pleno da OCDE. Nesse sentido, a adesão de políticas que são características da organização passa a ser pauta da agenda nacional, como a educação financeira.

No Brasil, a materialização dessas metas estabelecidas pela OCDE se dá pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). A partir do Decreto 5.685 de 25/01/2006, foi criado o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização – COREMEC. A partir de tal Decreto, foi apresentada a Deliberação nº 3, de 31 de maio de 2007 – COREMEC, que dispõe sobre a criação de um Grupo de Trabalho (GT) ao qual foi incumbida a responsabilidade por elaborar uma Estratégia Brasileira de Educação Financeira. O GT era formado pelo Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários, SPC, Superintendência de Seguros Privados e outras entidades privadas.

Britto (2012) pontua um marco importante para o cenário de implementação da ENEF quando apresenta alguns dados de documentos extraídos da Conferência Internacional sobre Educação Financeira, realizada no Brasil no ano de 2009 e voltada para países da América Latina. Primeiramente, o autor aborda alguns discursos da apresentação do Dr. Kenneth Coates,

Diretor Geral do Centro de Estudos Monetários Latino Americanos (CEMLA) da época, no qual o mesmo deixa claro a intenção das direções dos Bancos Centrais na "busca da estabilidade dos preços e sistemas financeiros". Em uma fala, Coates relaciona a educação com tal objetivo, dizendo que, para alcançar tais estabilidades, educar financeiramente é uma ação que pode resultar em melhorias substanciais no sistema financeiro e monetário, sendo essa uma função do Banco Central (Britto, 2012).

No caso do Brasil, dentre os principais fatores que justificam a necessidade da implementação da ENEF destaca-se a porcentagem elevada de pessoas não inseridas no sistema financeiro. Nesse sentido, a educação financeira visa promover a inclusão bancária que, como bem colocada por Britto (2012), aparenta uma atitude altruísta em discurso mas perversa em sua manifestação prática, uma vez que, incluídos no sistema bancário, essas pessoas se tornam potenciais consumidores de produtos financeiros.

Ainda na Conferência, foi incubido a José Alexandre Cavalcanti Vasco (CVM) apresentar os objetivos da ENEF brasileira, sendo eles: 1) Promover e fomentar a cultura de educação financeira no país; 2) Ampliar o nível de compreensão do cidadão para efetuar escolhas conscientes relativas à administração de seus recursos e; 3) Contribuir para a eficiência e solidez dos mercados financeiros, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização (Britto, 2012).

É interessante pontuar que a ENEF brasileira foi elaborada prioritariamente por instituições financeiras, o que acaba caracterizando uma educação financeira pautada em um viés técnico e puramente econômico. Isso fica evidente quando observamos que apenas o objetivo 2 é direcionado para a formação dos indivíduos, sendo ela benéfica também para instituições bancárias. Podemos pensar que, nessa concepção, que também carrega um caráter neoliberal, a vida se transforma em uma empresa e o indivíduo se transforma em gestor, tendo que administrar sua então vida-empresa, gerindo seu orçamento e tomando decisões econômicas. Os outros dois objetivos dizem respeito ao interesse dos mercados financeiros.

Na presente pesquisa, temos como foco central analisar quais dispositivos de educação financeira os livros utilizados no Procon produzem e quais dispositivos de produção esses livros produzem, partindo da especificidade educacional da EDCEF. Sendo assim, nos interessa analisar as estratégias que dizem respeito às práticas educativas. Para isso, irei recorrer ao quadro esquemático organizado por Britto, no qual o mesmo apresenta as estratégias e a justificativa dessas no âmbito educacional da ENEF:

Figura 1 - Quadro esquemático das estratégias e justificativas para implementação da Educação Financeira nas escolas do Brasil.

Estratégia	Justificativa
1.1. Propor a inclusão da Educação Financeira como tema transversal a ser trabalhado nas escolas.	•A educação financeira é assunto essencial para o exercício da cidadania, pois a falta de alfabetização financeira pode deteriorar ou deixar de melhorar a qualidade de vida das pessoas no futuro; •Assim, ter a informação ou saber onde buscá-la é essencial para fazer valer os direitos como cidadão e consumidor.

Estratégia	Justificativa
1.2 Desenvolver metodologia pedagógica como proposta de trabalho, porém não impondo-a como um modelo obrigatório para a escola.	•Será desenvolvida com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para que o conteúdo seja abordado transversalmente às disciplinas regulares. •As escolas terão liberdade para escolher como trabalhar o conteúdo.

Estratégia	Justificativa
1.3 Sensibilização da sociedade	•Mobilizar a sociedade explicando sobre a importância da educação financeira para exercício da cidadania e formação de cidadãos mais capacitados para tomar suas decisões.

Estratégia	Justificativa
1.4 Sensibilização das Secretarias Estaduais e Municipais	•Mobilizar as secretarias estaduais e municipais pois são elas as responsáveis por dar direcionamento às escolas.

Estratégia	Justificativa
1.5 Sensibilização das instituições de ensino	•Mobilizar as instituições de ensino pois elas tem autonomia para decidir quais os conteúdos e temas a serem trabalhados em sala de aula junto aos alunos.

Estratégia	Justificativa
1.6 Sensibilização de educadores	•Mobilizar os educadores uma vez que, se eles perceberem a importância de trabalhar o conteúdo da Educação Financeira, consequentemente poderão realizar esforços significativos para levar o conteúdo para as salas de aula e conscientizar os estudantes.

Estratégia	Justificativa
1.7 Implantação da ENEF	•Ações com o Instituição de Conselhos Estaduais e Municipais, •Parcerias com desenvolvedoras de sistema de ensino, •Parcerias com fundações e institutos com ações voltadas à Educação, •Ação integrada com o Programa Mais Educação; •Essas ações terão por objetivo colocar a ENEF em prática.

Estratégia	Justificativa
1.8 Formação de professores	O trabalho de formação dos professores terá dois objetivos principais: 1- Conscientizá-lo sobre a importância em controlar as finanças pessoais e planejar o futuro para sua própria qualidade de vida; 2- Conscientizá-lo sobre a importância em trabalhar a educação financeira nas escolas para desenvolvimento do país e qualidade de vida dos alunos no futuro.

Estratégia	Justificativa
1.9 Reconhecimento de escolas que implantarem a educação financeira	•Com o objetivo de estimular a participação de todas as escolas.

Estratégia	Justificativa
1.10 Controle e avaliação	•As ações de controle e avaliação serão realizadas em periodicidade a ser definida de forma a acompanhar os resultados alcançados, avaliar a eficiência das ações e propor aprimoramentos

Estratégia	Justificativa
1.11 Estabelecimento de parcerias para financiamento das ações	•Essa estratégia objetiva maximizar a participação das escolas e implantação de diferentes ações.

Fonte: Criado por Reginaldo Britto (2012)

O autor faz algumas considerações pertinentes para esta pesquisa sobre as estratégias apresentadas. Destaco a reflexão de Britto (2012, p. 130) sobre os pontos 1.3, 1.4, 1.5 e 1.6, que apontam para a perspectiva de "intuir a necessidade de que indivíduos precisam educar-se financeiramente", colocando a educação financeira como uma iniciativa a fim de criar demanda para o mercado financeiro, como é feito no consumo de qualquer outra mercadoria. Tal colocação relaciona as estratégias com o fenômeno da financeirização do capital.

Outro fator que o autor destaca diz respeito ao ponto 1.2, sobre o desenvolvimento de uma metodologia pedagógica como proposta de trabalho com a educação financeira, porém, não impondo-a como obrigatória. Essa é uma estratégia que beneficia, principalmente, instituições privadas que vendem seus produtos sobre educação financeira. Britto apresenta o exemplo de escolas de São Paulo que adquiriram um kit educativo da editora DSOP, voltada

inteiramente para a produção de materiais, brinquedos, livros e jogos sobre educação financeira. Seu dono é Reinaldo Domingos, criador do método “Diagnosticar, Sonhar, Orçar e Poupar" , ao qual a sigla nomeia a empresa/editora/plataforma DSOP. Além dessa, podemos citar instituições financeiras, como Itaú e Sicoob, como criadores de produtos voltados à educação financeira. Britto reflete que, ao vender tais pacotes/materiais educativos, a escola se torna um consumidor passivo, sem se envolver na elaboração das propostas, sendo apenas “multiplicadores” de um conteúdo já estabelecido.

Com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a educação financeira é incorporada como tema transversal, a ser abordada principalmente nas disciplinas de matemática e ciências naturais. A proposta é ser "um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro" (2016, p. 267). A ideia de trabalhar de forma mais humana e social se apresenta como algo, a priori, interessante no aspecto de pensar os efeitos do capitalismo. Entretanto, também pode servir como justificativa para a formação que estamos apontando de "domesticação” dos indivíduos, em razão da fase financeirizada do capital e dos discursos neoliberais, preparando-os para consumir produtos financeiros.

Nos interessa, agora, entender os motivos pelos quais a educação se coloca eficiente na propagação de tais discursos a favor do capital. Retomo as contribuições de Rolnik sobre o regime “colonial-capitalístico” em sua forma globalizada, neoliberal e financeirizada. Para ela, esse modelo muda a forma de relação entre capital e a força vital que alimenta o modelo econômico, apontando que “nesta nova versão, o âmbito da força vital de que se alimenta o capitalismo já não se reduz à sua expressão como força de trabalho, o que implica uma metamorfose radical da própria noção de trabalho.” (2018, p. 31-32). O que a autora aponta em seu ensaio é que o modelo de produção se desloca do industrial para a apreensão direta da potência de criação. Nessa condição, a exploração já não se apresenta com repressão física, por exemplo, mas pela captura da subjetividade. Segundo Rolnik

> “Disso decorre que a fonte da qual o regime extrai sua força não é mais apenas econômica, mas também intrínseca e indissociavelmente cultural e subjetiva – para não dizer ontológica –, o que lhe confere um poder perverso mais amplo, mais sutil e mais difícil de combater.” (2018, p. 33)

A autora aponta que esse é um regime que trabalha na construção da subjetividade. Isso significa que o interesse é atuar na forma como sentimos, desejamos e nos relacionamos

com o mundo. Trata-se então de uma captura da própria vida, condicionando o modo de viver as normas e funcionamentos do sistema dominante.

As contribuições de Guattari em seu trabalho "Revolução Molecular: Pulsações Políticas do Desejo", mais especificamente no capítulo "As Creches e a Iniciação", também nos ajudam a entender o processo educacional como uma ferramenta a serviço da construção subjetiva moldada ao sistema capitalista. O autor aponta para uma característica das sociedades industriais modernas na qual o chamado "processo de iniciação" acontece de modo integral e sutil, diferente de sociedades tradicionais, nas quais a entrada nos papéis sociais adultos acontece mais tarde e é marcada por rituais claros.

Para Guattari, a iniciação no sistema capitalista se preocupa em uma inserção aos códigos perceptivos, que vão para além da linguagem oral e escrita, que tem como meios de representações os audiovisuais, pontuados pelo autor em sua forma televisiva e de jogos mas que, na contemporaneidade, podemos associar também as tecnologias, mídias digitais e redes sociais, que desempenham esse papel de forma incontestável. Portanto

> "Trata-se pois de uma iniciação ao sistema de representação e aos valores do capitalismo que não mais põe em jogo somente pessoas, mas que passa cada vez mais pelos meios audiovisuais que modelam as crianças aos códigos perceptivos, aos códigos de linguagem, aos modos de relações interpessoais, a autoridade, a hierarquia, a toda a tecnologia capitalista das relações sociais dominantes." (1985, p. 51)

Segundo o autor, "a iniciação ao capital implica, em primeiro lugar, esta iniciação semiótica nos diferentes modos de tradutibilidade, e nos sistemas de invariantes que lhes correspondem" (p. 52). Significa então que o modelo capitalista necessita que os indivíduos, o mais cedo possível, consigam moldar seus desejos e comportamentos às suas especificidades, promovendo uma verdadeira homogeneização semiótica.

Outro apontamento que nos interessa trazer à discussão é a roupagem vestida pela educação de substituição da violência física para violência simbólica. Guattari escreve que o "método de adestramento" não pode esperar o crescimento da criança, esse tende a mudar sua expressão, deixando de lado a coerção material, recorrendo a técnicas de impregnação audiovisual, sendo essa mais eficaz e profunda, fator que vai de encontro ao que Rolnik descreve como a captura da subjetividade, em que os desejos são condicionados desde cedo à lógica do mercado financeiro capitalista.

Relacionando as contribuições do autor com a presente investigação, podemos pensar os livros de literatura infantil também como um recurso audiovisual que pode ter como objetivo

de produção de subjetividades capitalísticas. Nas próximas seções do presente trabalho, entrarei mais a fundo em uma análise dos livros literários, entretanto, trago como reflexão desde já o papel desse dispositivo na nossa sociedade, mais precisamente nos sistemas escolares. Os livros literários podem proporcionar ao leitor acessar lugares que a educação formal não alcança. Guattari escreve que

> "Os sistemas capitalistas e socialistas burocráticos haviam confiado ao pessoal das escolas uma tarefa capital: a de adaptar a criança ao saber e aos valores da sociedade dominante. As máquinas audiovisuais fazem hoje esse trabalho certamente melhor que qualquer atendente ou educador. Hoje, no seio das creches e das escolas, alguns trabalhadores estão em posição de lutar contra estes sistemas de integração e de alienação. E nesse sentido que se deveria considerar uma luta micropolítica fundamental. É nesse nível que uma série de operações de base é posta em jogo. Ainda uma vez, não se trata somente de operações concretas de aprendizagem, mas também da aquisição de esquemas abstratos, de esquemas relacionais, de toda uma iniciativa à axiomática do capital." (1985, p. 54)

Em síntese, podemos concluir que a educação financeira, em sua maneira de implementação, surge como uma ferramenta a serviço dos interesses do mercado financeiro. Inserir a educação financeira em contextos escolares e abordar a temática em livros de literatura infantil, revelam o que Rolnik e Guattari apontam em seus trabalhos, ou seja, para uma subjetivação que deve acontecer o quanto antes, para que as normas e modos do sistema econômico capitalistas sejam internalizados o mais cedo possível, formando indivíduos domesticados.

2 - O PROCON E OS LIVROS INFANTIS - Dispositivos de Estado e de Subjetivação

Como já colocado anteriormente, a Agência de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon/JF) é um órgão da prefeitura que tem como intuito mediar conflitos nas relações de consumo e assegurar o direito do consumidor, tendo como base o Código de Defesa do Consumidor (CDC), promulgado em 1990. Nos interessa agora discutir as motivações e como são desenvolvidos os projetos educacionais dos Procons espalhados pelo país.

Conforme previsto no artigo 4° do CDC, a Política Nacional das Relações de Consumo tem como objetivo

> "o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo." (Brasil, 1990)

No que diz respeito à educação, a lei prevê "IV - educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo; IX - fomento de ações direcionadas à educação financeira e ambiental dos consumidores" (Brasil, 1990). Os incisos descritos conferem aos Procons o compromisso com a sociedade de promover a educação aos consumidores. Eis o amparo legal para criação da Escola de Direito do Consumidor e Educação Financeira (EDCEF) do Procon/JF.

2.1 - Mapeamento das Ações Educativas dos Procons - O que dizem as produções acadêmicas

Antes de aprofundarmos uma análise sobre a EDCEF, vale citar outras instituições que possuem alguma atividade educativa ou escola, a começar pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC), fundada em 2007 pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon)[3]. A ENDC tem como objetivo central capacitar e formar agentes e técnicos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC)[4], entretanto, também oferece cursos e capacitações para o público geral.

[3] A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) é um órgão do Governo Federal do Brasil, a qual tem como responsabilidade coordenar a política nacional de proteção e defesa do consumidor.
[4] O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) é um conjunto de órgãos e entidades como Procons, Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacias de Defesa do Consumidor, Juizados Especiais Cíveis e Organizações Civis de Defesa do Consumidor, que atuam de forma integrada para proteger e garantir os direitos dos consumidores no Brasil.

Para compreender as discussões acerca do papel educacional dos PROCON na área de Educação, fizemos uma busca no portal de dissertações e teses da CAPES e da Scielo com os termos “educação + procon”, "procon na escola "e “ENDC”. O resultado retornou três trabalhos que citassem diretamente atividades educativas organizadas e pensadas pelas escolas ou setor responsável apenas para planejar e executar propostas voltadas para a educação. Traremos estes trabalhos para iniciar a identificação de como os Procons se organizam, quais são as motivações e resultados em relação a educação, seja ela para os direitos do consumidor, foco central de ação encontradas nestes trabalhos, seja para educação financeira, tema que sustenta esta pesquisa.

O primeiro trabalho encontrado diz respeito a uma dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, desenvolvido por Arimaire Alvernáz, que tem formação inicial no curso de Direito. Sua dissertação tem como título “Educação do Consumidor e PROCON Mirim na Percepção dos Sujeitos Institucionais e de Multiplicadores” e foi defendida em 2012. A pesquisa, de natureza qualitativa, tem como objeto de estudo os resultados do projeto “Procon Mirim”, desenvolvido pelo Procon Estadual de Minas Gerais. Na primeira etapa da pesquisa, a autora realizou uma coleta do que a autora chama de dados secundários - documentos sobre a história e que caracterizam o programa estudado - do Procon Estadual, já na segunda, estruturou um roteiro de entrevistas semiestruturadas que foram desenvolvidas com os sujeitos institucionais envolvidos no projeto, bem como um questionário para os beneficiários diretos do mesmo. Além disso, utilizou-se da observação de campo não participante das atividades do Procon Mirim como fonte de coleta de dados.

O que nos interessa analisar a partir de tal pesquisa, bem como as demais encontradas, diz respeito à estrutura das Escolas e da organização dos projetos educacionais. Na dissertação, Alvernáz descreve o Programa Procon Mirim, considerando “sua caracterização, o histórico, o marco jurídico, os objetivos, os princípios ou diretrizes, as principais ações, bem como o mecanismo institucional de avaliação” (2012, p. 39). A autora inicia a seção do trabalho afirmando o Programa como uma política pública com a finalidade de formação de indivíduos consumidores, ainda traz a contribuição de Draibe (2007) para diálogo, reforçando o que julgo ser papel central dos Procons, uma intervenção estatal com o objetivo de compensar o desequilíbrio do mercado. Segundo Alvernáz, o Procon Mirim enquanto programa educativo para consumidores

> “pode ser visto como exemplo de educação não formal do consumidor. Por meio de ações educativas no âmbito escolar, o "Procon Mirim" visa à capacitação de professores (multiplicadores) para lidar com a questão do consumo nas disciplinas do currículo formal, contribuindo para a construção da cidadania do consumidor.” (p. 39)

O Procon Mirim é um programa criado em 19 de abril de 2005 pelo Procon-MG e faz parte da estrutura da Escola Estadual de Defesa do Consumidor (EEDC). Ele surge como um substituto do programa educacional “Procon Vai às Escolas”, traçando um plano de educação para o consumo que “contemplasse ensinamentos duradouros e capazes de provocar reflexões cotidianas e mudanças de comportamento e, consequentemente, atingir as pessoas do convívio de cada estudante” (p. 40).

O segundo texto, de título “A Atuação do PROCON/AL nas Campanhas de Conscientização dos Direitos do Consumidor”, refere-se a uma pesquisa que tem objetivo de verificar a atuação do Procon/AL em relação à compatibilidade com as exigências legais quanto à conscientização do direito dos consumidores nos anos de 2009 e 2010. O artigo foi escrito por Anderlyse de Araujo Costa e Sônia Maria Albuquerque Soares, que possuem vínculo com a Faculdade de Direito de Maceió, e foi publicado no ano de 2011 na Revista Semente.

As autoras do artigo não aprofundam na descrição das atividades educativas realizadas, também deixa em aberto se no Procon/AL existe alguma organização estrutural de escola ou de um departamento específico responsável por elaborar e realizar tais atividades. Em determinado momento do texto, é citado a EEDC e, ressaltam o fato de ela ter sido pioneira no Brasil. Em relação a projetos próprios, destacamos o “Procon Comunitário”, pois a sua implementação implica em levar conhecimento sobre os direitos do consumidor às comunidades, realizar atendimentos e formar multiplicadores. Essa formação acontece com a “Capacitação de Jovens e Adultos Multiplicadores”, que forma os indivíduos para serem “aliados do Procon”. Segundo as autoras “consumidor e fornecedor informados dos seus direitos e deveres tornam-se ativos e conscientes, sendo responsáveis por mudanças no cenário do consumo”(2011, p.15). Também aparecem no documento o Projeto Procon Mirim e o Curso à Distância para o Jovem Consumidor, entretanto não há maiores explicações sobre as ações.

Por fim, a tese de doutorado de Solange de Fátima Wollenhaupt, “Comunicação e cultura: o caso do PROCON-MT: educação para o consumo através de interfaces digitais”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso, mesmo com o foco de análise como as interfaces digitais e site do Procon-MT estão sendo utilizados na propagação da informação e orientação para o

consumo, considerando o contexto da cibercultura, nos traz informações relevantes para a construção no cenário que vem sendo traçado.

Primeiramente, vale pontuar sobre o aspecto em comum com os citados textos anteriores. No Procon-MT existe "um setor responsável por planejar e executar ações de Educação para o Consumo" (2022, p. 109). Por se tratar de um Procon Estadual, o setor encarregado das ações educativas é a Coordenadoria de Relacionamento com Municípios e Educação para o Consumo. Um dos projetos do setor é o "Procon vai à Escola", com o intuito de levar às instituições de ensino da região palestras e oficinas sobre temas como "Direitos Básicos dos Consumidores".

Wollenhaupt apresenta informações de grande relevância e contribuição para esta pesquisa quando cita as atividades desenvolvidas pela ENDC. Segundo a autora,

> "Consumo seguro e saúde; Planos de saúde e relações de consumo; Vigilância Sanitária e defesa do consumidor; Educação Financeira para consumidores; Introdução à defesa do consumidor; Práticas abusivas; Vício do produto e do serviço; Crimes contra as relações de consumo estão entre os cursos ofertados pela Escola Nacional no primeiro semestre de 2021." (p. 108)

As formações são disponibilizadas ao menos uma vez por semestre e destinam-se a membros do Sistema Nacional do Consumidor. Algumas capacitações são abertas ao público geral, "com destaque para o curso de Educação Financeira para Consumidores, que possui, inclusive, três módulos, cada um deles abordando um tema/problema de consumo" (p. 108).

É possível perceber que a preocupação central dos Procons citados nas pesquisas encontradas é com a educação para o consumo e sobre os direitos dos consumidores. Somente na tese de Wollenhaupt é citado sobre ações educativas voltadas para a Educação Financeira cujo foco não recai sobre crianças e adolescentes.

Vale ressaltar que aqui estamos citando apenas os trabalhos realizados pelos Procons ou setores responsáveis por planejar ações educativas que foram encontrados em pesquisas acadêmicas. É possível encontrar outras instituições que desenvolvem o mesmo tipo de atividade, entretanto, na presente pesquisa, tratamos apenas com os dados encontrados em trabalhos científicos, ou seja, que contou com uma metodologia para sua realização.

2.2 - A Escola de Direito do Consumidor e Educação Financeira do Procon/JF - Documentos legais, estrutura organizacional e objetivos.

A Escola de Direito do Consumidor e Educação Financeira (EDCEF) do Procon/JF, oficializada por meio da Portaria n° 01/2018[5], é instituída a partir das orientações da Política Nacional das Relações de Consumo, descrita no art. 4° do CDC. Além da justificativa legal, o Procon/JF considera os abusos nas relações de consumo, a vulnerabilidade do consumidor nessa relação, os casos de superendividamento, a "deficiência informacional da população em assuntos como economia doméstica e familiar, educação financeira e educação para o consumo", a necessidade de acesso à informação para consumidores e fornecedores como justificativas para a implementação da Escola.

Além da Portaria que, com a apresentação das motivações, já anuncia o trabalho a ser desenvolvido por meio da escola, existe também o Regimento Interno[6], em que são descritos a estrutura organizacional, as competências e atribuições da mesma. O referido Regimento foi publicado em 25 de julho de 2023 através do Diário Oficial Eletrônico do Município de Juiz de Fora no formato de Atos de Governo. Cabe nesta seção fazer uma breve análise do que o documento estabelece no que diz respeito à estrutura material da Escola, ou seja, como se dão a direção, coordenações e corpo docente, bem como os objetivos que a constitui.

No Art. 2°, o documento trata de relatar como a Escola se organiza em relação aos cargos e funções, sendo estes: I - Direção da EDCEF, com a responsabilidade de garantir a juridicidade e efetividade das ações da escola, propondo políticas, nomeando coordenadores e validando certificado; II Coordenação Pedagógica, que planeja e supervisiona os cursos, define diretrizes, acompanha o desempenho de docentes e discentes e aprova planos de aula; III - Coordenação Administrativa, que tem por finalidade prestar suporte às ações administrativas e de controle e registro acadêmico; IV - Coordenação de Biblioteca e Publicações Técnicas, que assegura o acesso ao acervo físico e digital, divulga produções científicas e técnicas, e gerencia publicações da escola; V - Comissão de Seleção de Estagiários, responsável por organizar os processos seletivos de estágio, desde a elaboração dos editais até a publicação dos resultados; e VI - Corpo Docente, composto por instrutores internos e externos que devem seguir as orientações da EDCEF, registrar presenças e manter o bom funcionamento das aulas, com remuneração prevista pelo Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor.

[5] Disponível para acesso no link:Portaria n° 01/2018.
[6] Disponível para acesso no link: Regimento Interno - Atos de Governo.

Já o Art. 3° descreve os objetivos da EDCEF, que são constituídos por:

> "I - Educar e informar fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo; II - Desenvolver cursos de capacitação, aperfeiçoamento e multiplicadores de temáticas afetas aos objetivos da Política Nacional das Relações de Consumo; III - Elaborar materiais informativos e educativos de formação continuada; IV - Promover o desenvolvimento de pessoas nos processos de seleção de estagiários da Agência; V - Promover a gestão documental e bibliográfica do Procon/JF; VI - Promover a divulgação de publicações técnicas e jurídicas; VII - Colaborar, dentro de suas áreas de atuação, com projetos de extensão e de responsabilidade social do poder público e das entidades privadas de defesa do consumidor; VIII - Exercer outras funções compatíveis com a sua finalidade."

Por fim, vale também citar o Art 5°, que nos ajuda a entender quais são os temas de interesse para os projetos e atividades desenvolvidas pela EDCEF. Esses precisam estar enquadrados nos objetivos da Política Nacional das Relações de Consumo, propondo reflexões sobre consumo e produção responsáveis, educação financeira, erradicação da pobreza, fome zero e redução das desigualdades, combate à discriminação e aos abusos no mercado de consumo e, por fim, meio ambiente e sustentabilidade.

No caso específico do Procon/JF, as ações educativas da EDCEF envolvem o Procon na Escola, cursos voltados para consumidores e fornecedores, divulgação de cartilhas, etc. Um dos espaços educativos do Procon é a biblioteca, cujo acervo conta com livros de literatura infantil com temáticas que passam pelas relações de consumo, educação financeira, sustentabilidade e meio ambiente. Nas seções seguintes, trataremos alguns desses livros como um dispositivo em processos de subjetivação que ora se aliam ora problematizam a educação financeira e o capitalismo financeirizado contemporâneo.

2.3 - Os Livros Infantis e suas Contribuições no Processo de Subjetivação

Segundo Candido (1995, p. 16) "a arte e a literatura são atividades permanentes, correspondendo a necessidades imperiosas do homem e da sociedade". A literatura desempenha um papel fundamental na formação humana. Através dela, é possível ampliar repertórios, experienciar sentimentos e desejos internos, adentrar no universo simbólico e trabalhar com o imaginário, visitando tempos e espaços. Trata-se, portanto, de um instrumento potente na formação do acervo pessoal e, também, nos processos de subjetivação das crianças.

Para Guattari, o processo de subjetivação é "uma produção incessante que acontece a partir dos encontros que vivemos com o outro" (1996, p. 31). Aqui, o outro deve ser

compreendido como tudo aquilo que produz efeito nos corpos e nas maneiras de viver, ou seja, o outro pode ser um indivíduo, a natureza, acontecimentos, e intervenções. Os efeitos "do outro" podem ser difundidos por diversas formas de circulação na esfera social. O autor coloca que "a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro social" (idem). Considerando o livro e a literatura como um instrumento que circula na sociedade, podemos identificá-lo como este outro, que produz subjetividades por meio da propagação de diferentes semióticas.

No acervo da biblioteca da EDCEF, encontram-se diversos livros com as temáticas que norteiam os projetos educacionais da mesma. O foco de interesse da pesquisa diz respeito aos livros que abordam o tema da educação financeira e pensar em quais dispositivos estes produzem, considerando os processos de subjetivação no contexto capitalista-neoliberal. Para essa discussão, Cândido ajuda a refletir sobre o papel social que os livros literários podem ter. Segundo o autor,

> "Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudicial, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso é indispensável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscrita; a que os poderes sugerem e a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominantes." (1989, p. 113)

Em síntese, o que o autor pontua no referido trecho é a tensão entre as semióticas sedimentadas no campo social - os valores e crenças que vão sendo naturalizados - a produção de novos mundos que a produção literária carrega e expressa. Por um lado, é indispensável o que o autor chama de "literatura sancionada", ou seja, aquela que é legitimada pelas instituições de poder - Estado, mídia, mercado - e que, geralmente, corresponde aos valores e normas instituídas por estes, o que significa dizer que estão alinhadas às demandas da classe dominante. Do outro, a necessidade da "literatura proscrita", aquela que surge da resistência ao que está sendo posto como forma de negar aquilo que está sendo posto, sendo essa uma literatura que denuncia injustiças e apresenta uma forma alternativa de ver a vida, sendo muitas vezes discriminadas, proibidas.

Dessa forma, podemos concluir que a literatura pode ser considerada como um campo de disputa semiótica que resulta na produção de subjetividades. A concepção que aqui vale ser pontuada é da política de uso das obras literárias. Isso significa dizer que, mais do que escolher uma obra literária, é necessário pensar as diferentes formas como essa é - ou poderá ser -

utilizada e trabalhada na proposição das práticas educativas. Nesse sentido, a política de uso se torna uma forma de orientar os sentidos que devem ser atribuídos às narrativas.

2.4 - O Procon e os Livros a luz do conceito de Dispositivo de Foucault

Para prosseguirmos com a discussão, acionaremos o conceito de Dispositivo, elaborado por Michel Foucault. Em um diálogo com Alam Grosrichard sobre suas obras, Foucault define o que é um dispositivo ao ser perguntado sobre a obra "História da Sexualidade". Para o autor, o termo representa

> "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos." (p. 138)

Além disso, Foucault demarca a "relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos", sinalizando que essa não é estática nem uniforme, mas marcada por uma dinâmica de posições e funções. Um discurso, por exemplo, pode servir de base para uma prática institucional, ao mesmo tempo em que pode também justificar ou mascarar práticas silenciosas, não verbalizadas. Também pode dar novos significados a práticas que já existiam, fazendo com que elas passem a fazer sentido dentro de uma nova lógica ou forma de pensar.

O autor ainda aponta para a função estratégica dominante, entendendo "dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência", seja ela política, moral ou social. Isso significa que os dispositivos podem servir como forma de controle, a fim de determinar modos de viver a partir de determinadas demandas.

O conceito de Foucault pode ser compreendido na medida em que analisamos o Procon, mais especificamente a EDCEF, e os livros infantis enquanto recurso pedagógico nas ações educativas. A Escola não é uma iniciativa pontual, ela nasce de um projeto e possui uma estrutura regida por portaria, regimento e marcos legais (como o CDC e a Política Nacional das Relações de Consumo), tendo como objetivo "intervir" na formação do sujeito. Os documentos que a instituem explicitam que sua criação é justificada em uma urgência - um dos fatores que a caracterizam como um dispositivo - colocada pela OCDE: educar financeiramente os indivíduos, uma vez que o cenário mostra uma instabilidade econômica, altas taxas de superendividamento e baixa inclusão bancária.

Podemos pensar ainda a EDCEF enquanto um dispositivo quando compreendemos os elementos heterogêneos citados por Foucault que a constituem: 1) instituição - sendo um organismo público que tem como objetivo atender a necessidades da sociedade; 2) decisões regulamentares - uma vez que possui uma relação de "submissão" aos documentados reguladores (portaria e regimento); 3) organizações arquitetônicas - possui um espaço físico destinado apenas para as atividades da EDCEF dentro do Procon/JF; 4) lei - por ser instituída por uma; 5) discursos - compõem as ações educativas, perpassando pelos temas trabalhados; 6) proposições morais - constituem também os discursos produzidos, bem como os princípios e objetivos da própria estrutura totalizada da Escola.

Na mesma direção, podemos relacionar os livros com a discussão: esses são dispositivos que atuam por meio dos discursos, semiótica, o dito e o não dito, e que, nesse caso, são utilizados dentro de uma estrutura de dispositivo ainda maior - a EDCEF. Consideremos então os livros enquanto dispositivos que produzem subjetividades a partir de sua internalização.

Seguiremos também com o posicionamento da política de uso, que está interligada em como estes dispositivos serão assimilados. Os livros enquanto dispositivos já são carregados de intencionalidades, as quais serão - ou não - mobilizadas a partir de diferentes propostas pedagógicas. Dessa forma, o que estamos aqui chamando de política de uso se coloca como a prática de ativação desses dispositivos, condicionando os sentidos a serem atribuídos pelos discursos e símbolos presentes nas narrativas. Cabe ressaltar também que, a política de uso em sua forma de mediação, não é neutra: ela pode trilhar caminhos que contribuam com os processos de subjetivação voltados à iniciação dos valores capitalistas ou proporcionar experiências de problematização desses valores e do próprio sistema de produção.

A questão que permeia é o potencial desses dispositivos na produção de subjetividades alinhadas às exigências do sistema capitalista contemporâneo, uma vez que, por sua natureza conceitual, estes articulam as práticas institucionais e os discursos de maneira a atender a necessidade colocada de "educar financeiramente os indivíduos".

3 - ANÁLISE DOS LIVROS DO ACERVO DA EDCEF

Nas primeiras seções, caminhamos no sentido de apresentar o cenário da elaboração das propostas e estratégias para a inclusão da educação financeira na educação, considerando a fase financeirizada do capitalismo, e como ela é posta como um dispositivo discursivo que atua dentro e por meio de dispositivos ainda mais complexos, voltado spara a formação de sujeitos - multiplicadores - alinhados às demandas do mercado e do inconsciente colonial-capitalístico, como um instrumento de captura das dimensões subjetivas desde a infância. O recorte feito na pesquisa considera esse dispositivo mais complexo sendo a EDCEF do Procon/JF, que tem como uma possibilidade material de trabalho nas ações educativas os livros literários do acervo da sua biblioteca. Para dialogar com as questões colocadas como objetivos da pesquisa, nos interessa agora realizar a análise de dois livros que compõem o acervo da EDCEF, que tem como tema central a educação financeira, abordada de formas distintas, mas com a mesma intencionalidade: produzir subjetividades neoliberais e capitalistas.

3.1 - Zequinha e a porquinha Poupança - Literatura alinhada aos objetivos da OCDE e aos Processos de Subjetivação

A primeira análise será do livro "Zequinha e a porquinha Poupança"[7], escrito por Álvaro Modernell e ilustrado por Cibele Santos, lançado no ano de 2010 pela editora Mais Ativos Educação Financeira. A obra nos apresenta a história de Zequinha, um menino que sonha em ter um cavalo. Sem condições financeiras para comprar um cavalo para Zequinha, seu pai lhe presenteia com uma porquinha, a Poupança. Seu pai lhe dá a instrução de cuidar da porquinha com muita dedicação pois, assim, poderia realizar seus sonhos. Certo dia, Zequinha encontra um trapaceiro que rouba sua porquinha Poupança, e com essa situação o garoto se entristeceu e causou à sua família incertezas para o futuro. Ao recuperá-la percebe que, por mais que a porquinha fosse uma forma de realizar seus sonhos, ela era mais importante do que aquilo que ainda viria, ela tinha se tornado fonte de esperança para toda sua família. A porquinha Poupança teve filhotinhos, aos quais Zequinha trocou quatro por dois cavalos e permaneceu com dois, Fortuna e Futuro, além de Poupança, que permaneceu com a família.

Antes de entrarmos na análise das produções de subjetividades a partir do conteúdo da obra, se faz necessário uma breve descrição de dados como editora e autor, elementos que

[7] Disponível de forma online no link: Zequinha e a Porquinha Poupança

já nos dão pistas sobre a concepção de educação financeira abordada na história. Começando pela editora[8], ela possui dois selos editoriais, a Mais Amigos, com publicações de literatura infantil, e a Mais Ativos Educação Financeira, com enfoque em publicações de livros sobre educação financeira e cidadania. No site da editora, encontramos a afirmação de que ela é uma "das pioneiras e principais referências nacionais em educação financeira", além disso, revelam que em seus projetos a prioridade do conteúdo diz respeito aos "valores", e não as riquezas, abordando o dinheiro como "um instrumento a favor da sustentabilidade e melhor qualidade de vida de todos os seres, especialmente os humanos".

A editora foi fundada em 2008 por Álvaro Modernell, também autor do livro em análise. Especialista em educação financeira, Álvaro conta com experiências profissionais como o cargo de gerente no Banco do Brasil, já foi membro do conselho deliberativo da ANABBPrev, entidade de previdência privada, e possui certificações da ANBIMA[9] (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e do ICSS[10] (Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social). Além disso, Álvaro também fez parte do Grupo de Apoio Pedagógico (GAP) do Ministério da Educação (MEC) na construção da ENEF, já citada anteriormente.

Entrando de fato na análise do livro, "Zequinha e a porquinha Poupança" pode ser classificado como um livro paradidático que, segundo Munakata, pode ser definido como

> "livros que, sem apresentar características próprias dos didáticos (seriação, conteúdo segundo um currículo oficial ou não etc.), são adotados no processo de ensino e aprendizagem nas escolas, seja como material de consulta do professor, seja como material de pesquisa e de apoio às atividades do educando [...] Em suma, o que define os livros paradidáticos é o seu uso como material que complementa (ou mesmo substitui) os livros didáticos. Tal complementação(ou substituição) passa a ser considerada como desejável, na medida em que se imagina que os livros didáticos por si sejam insuficientes ou até mesmo nocivos." (1997, p.101)

A partir de tal definição, podemos afirmar que o livro paradidático não tem como finalidade maior a contação de uma história, nem de proporcionar uma fruição literária autônoma, mas de servir como um suporte pedagógico. Mesmo que tenha em sua materialidade a forma de literatura infantil, a narrativa é marcada por uma intencionalidade educativa e normativa, sendo utilizada para transmitir valores e condutas. Tal característica pode ser

[8] Plataforma disponível para acesso pelo link A Editora – Mais Ativos – Loja Virtual
[9] Entidade que representa as instituições do mercado financeiro e de capitais no Brasil. Ela atua na autorregulação, na educação financeira e na disseminação de informações sobre o mercado.
[10] Instituição que tem como um dos principais objetivos a difusão da cultura de qualificação profissional para o setor de planos de previdência e seguridade social.

percebida na obra em análise pois a sua função ao longo da narrativa é mostrar a importância de poupar e planejar para ter benefícios no futuro. A educação financeira enquanto tema transversal da BNCC, ao ser trabalhada no contexto escolar, certamente será abordada de forma mais literal, ao contrário do que um livro paradidático, como "Zequinha e a porquinha Poupança", que apresenta os conceitos de forma lúdica e, em certa medida, até mais simples.

A narrativa do livro é recheada de metáforas. A primeira nos é apresentada logo na página inicial da história, situando a narrativa no sítio chamado "Prosperidade". Logo em seguida, Zequinha ganha uma porquinha que tem o nome de "Poupança" que, se bem alimentada e cuidada, crescerá e dará ao garoto a oportunidade de comprar o cavalo de seus sonhos e muito mais. Ao final do livro, Zequinha percebe que a poupança é mais importante que qualquer cavalo, ou seja, melhor do que a realização de seus sonhos, pois a Poupança representa segurança para a sua família. Apesar de recorrer às metáforas, o autor deixa explícito o seu objetivo com a narrativa: promover a educação financeira para crianças.

Quando retomamos às motivações que levam a OCDE o *Financial Education Project*, temos a necessidade de promover a inclusão bancária, a não garantia previdenciária por parte dos governos e altos índices de endividamento. Todas essas motivações são abordadas nas semióticas da narrativa. Como já colocado, o interesse do livro não se reduz em contar sobre um garoto que ganha uma porquinha mas, sim, de apresentar já na infância conceitos e práticas centrais do capitalismo contemporâneo.

O "cuidado" que o pai diz para Zequinha ter com a Poupança ultrapassa a questão afetiva da palavra e da relação com o animal, ela direciona para a motivação da inclusão bancária citada pela OCDE, uma vez que a Poupança precisa de tal zelo para crescer e "render" frutos para a realização dos sonhos do garoto. Trata-se de uma inclinação pedagógica, na mais tenra idade, para essa iniciação aos produtos financeiros, uma das principais características do modelo neoliberal e globalizado do capitalismo. A porquinha cresce a cada grãozinho que o garoto lhe oferece, e Zequinha fazia questão de guardar cada um dos grãos para a Poupança. Essa informação revela de forma clara que não se trata somente de guardar o dinheiro, mas aplicá-lo em um lugar que trará retorno futuro. A resposta desse "cuidado" na narrativa é o nascimento de outros porquinhos que, se receberem o mesmo tratamento da Poupança, terão o mesmo futuro, gerando cada vez mais "porquinhos".

Ainda em direção às recomendações da OCDE, após a captura da porquinha Poupança, Zequinha percebeu que ela era muito mais valiosa do que qualquer cavalo. Além disso, a perda da Poupança trouxe tristeza e incertezas a toda família de Zequinha. Quando ela retorna, traz de volta a alegria e a esperança para a família. Ao imputar o caráter de segurança

e prosperidade na Poupança, o autor traz a responsabilidade individual pelo futuro, indo em direção à motivação da baixa garantia previdenciária promovida pelo Estado. Em síntese, a narrativa apresenta, num tom até apelativo, a autogestão dos desejos e sonhos, considerando que o bem-estar e segurança da família depende do comportamento econômico individual. Nesse contexto, o próprio sonho do garoto de comprar um cavalo fica em segundo plano ao perceber o retorno que teria ficando com a Poupança, que apresenta aos leitores o que Britto (2012) aponta ao dizer que, para o sistema financeiro/bancário, é melhor ser um consumidor de produtos financeiros do que das demais mercadorias pois, assim, o próprio consumidor vira uma mercadoria.

Podemos considerar toda a obra como um objeto repleto de elementos semióticos voltados para a iniciação dos conceitos do mundo financeiro e capitalista, entretanto, gostaria de destacar os termos como "Prosperidade", que nomeia o sítio onde passa a história, e os nomes dos filhos da Poupança, "Fortuna" e "Futuro". Esses termos reforçam a associação entre gestão correta das finanças ao sucesso e segurança. Trazer tais elementos semióticos representa, segundo Guattari (1981), formar crianças na relação com uma "tradutibilidade do conjunto dos sistemas semióticos introduzidos pelas sociedades capitalistas" (p. 52). Dessa maneira, o livro promove não apenas uma educação para gestão pessoal dos recursos financeiros, mas, principalmente, para internalização dos valores do capital.

Podemos concluir que, mesmo sendo um livro paradidático com o objetivo de apresentar de forma explícita os conceitos da matemática financeira, o livro "Zequinha e a porquinha Poupança" também adentra no campo das semióticas com a sua intencionalidade de promover a internalização dos valores do capital aos leitores. Assim, o livro deixa de ser apenas uma narrativa infantil e se torna um dispositivo que propicia a produção de subjetividades, tendo como característica o lúdico e o disciplinador.

3.2 - A Família Mais Rica do Mundo - O Livro Literário-Narrativo como Dispositivo de Subjetivação

A segunda obra a ser analisada também foi publicada pela editora Mais Ativos Educação Financeira, dispensando apresentações. O autor da obra é Jonas Ribeiro que possui formação em Língua e Literatura Portuguesa pela PUC de São Paulo, fez teatro, contação de histórias em hospitais públicos e trabalhou em instituições bancárias. Entretanto, Jonas se dedicou com mais afinco na escrita de livros literários, fazendo desta sua profissão. Suas produções não são voltadas inteiramente para a educação financeira, entretanto, é autor de 8

livros publicados pela editora Mais Ativos. As ilustrações são de Victor Tavares, que coleciona em seu portfólio mais de 200 obras, sendo publicadas por diversas editoras.

O livro narra a história de uma família muito rica, os bilionários Albuquerque Querque, que moravam em uma mansão onde, para se encontrarem, precisavam agendar um horário e local. Toda a sociedade tinha uma curiosidade muito grande em saber cada passo da família. A mansão contava com uma grande equipe de prestadores de serviços como jardineiro, cozinheiros e mordomos. Em seu aniversário de 70 anos, a matriarca da família, a avó Adelina Adelaide, juntou toda a família na mesa de jantar e começou a questionar se era mesmo necessário toda aquela riqueza que tinham, se saberiam ser felizes sem todo o dinheiro. Adelaide então propôs que toda a família saísse para uma viagem sem os seus luxos. Sairiam com apenas uma mala, de carro, sem destino, para se conhecerem e ver como se comportariam e o que sentiriam. E assim toda a família saiu para viver tal experiência. Em certo momento da viagem, a família se perde e acabam encontrando uma pequena vila de pescadores, onde encontram uma família de proprietários de uma cabana disponível para locação. Os Albuquerque Querque decidem se hospedar na cabana simples que lhes foi oferecida. Ao decorrer dos dias, as famílias vão se aproximando e os bilionários se encantam pela vida que os moradores da vila levavam. Até que, certo dia, a família da vila descobre que seus hóspedes são os Albuquerque Querque, o que os fez admirá-los por serem tão humildes apesar de bilionários. A história termina com os Querque decidindo se mudarem para uma casa menor e usando a mansão como uma universidade. Além disso, perceberam com a família de pescadores que riqueza verdadeira é ter amigos.

Diferente do livro “Zequinha e a porquinha Poupança”, o livro “A Família Mais Rica do Mundo” é caracterizado com uma estrutura literário-narrativa, sem a preocupação de descrever um conteúdo, mas, sim, de contar uma história. Entretanto, isso não isenta a obra de suas intencionalidades. Nesta obra, o conteúdo deixa de ser explícito e aparece como componente implícito em palavras, frases e valores que compõem a narrativa. Além de suas intencionalidades, o livro pode ser considerado como o que Cândido (1989) chama de literatura sancionada, pois é uma narrativa que aborda um tema legitimado - educação financeira - por instituições de poder - OCDE e Estado brasileiro com a ENEF - sendo, desta forma, induzida a servir às demandas do sistema vigente, o que também significa dizer que são alinhadas às demandas das classes dominantes. Mesmo não tendo o caráter expositivo, a obra não é neutra, tampouco tem uma pretensão de propor uma reflexão crítica sobre o modelo de educação financeira instituída pelos órgãos reguladores.

As problemáticas da narrativa aparecem desde as primeiras páginas do livro. Ao propor que a família bilionária deixe seus luxos temporariamente de lado para sair em uma viagem experimentando o simples a obra romantiza a falta de recursos, transformando a pobreza em uma escolha consciente, uma experiência que, de certa forma, se faz pedagógica para a família, afinal, seria o momento desses descobrirem como se comportariam, o que sentiriam e descobririam. A narrativa apresenta a possibilidade de uma nova vida para a família Querque, na qual a simplicidade proporciona um resgate de valores que, com a riqueza, teriam sido perdidos. Dessa forma, a concepção da pobreza implícita no livro a desconsidera como fruto das desigualdades estruturais do sistema capitalista, dando a ela a entonação poética - para não dizer perturbadora - de "resgate do verdadeiro sentido da vida".

Se no livro analisado anteriormente as semióticas já se manifestavam como elementos constitutivos da narrativa, na história "A Família Mais Rica do Mundo" é completamente atravessada por esses. O grande diferencial entre os livros é a forma como as semióticas se manifestam. Na narrativa do garoto Zequinha, as semióticas possuíam um caráter literal, enquanto na história dos bilionários Albuquerque Querque, esses elementos aparecem de forma sutil, em certa medida, podem nem mesmo ser identificados. Sendo sutis, na concepção de Guattari (1985), é mais profundo, tornando-se tornando mais efetivo e perverso.

Um ponto que merece destaque na narrativa ainda sobre essa supervalorização de uma vida simples é de que o discurso não se sustenta ao decorrer dos acontecimentos da história. Primeiro que, mesmo sendo uma viagem de carro, é necessário ter condições financeiras para sair por aí dirigindo sem destino. Em segundo lugar, logo ao chegar na ilha dos pescadores, a avó Adelina solicita que Flor cozinhe para toda a família durante a estadia na cabana. Nesse sentido, o livro aponta para uma falsa ruptura da vida luxuosa da família, evidenciando que, até para viver o simples descrito na história, é necessário que haja recursos financeiros para tal. Esse é um aspecto que nos leva a problematizar a romantização da pobreza descrita nos parágrafos acima.

Ao final do livro, a família Albuquerque decide se mudar da mansão para uma casa menor, destinando a grande residência em uma Universidade. Aqui é apresentado o conceito da caridade, que pode parecer de início uma atitude um tanto altruísta e humilde, mas que, quando observadas a partir de um olhar mais crítico, pode ser associada à responsabilidade de oferta educacional superior por entidades privadas e filantrópicas. Esse discurso se apresenta como uma semiótica um tanto sutil que nos revela uma alternativa para uma das motivações listadas pela OCDE - a incerteza da previdência por parte dos Estados. O que está implícito

neste discurso é a intencionalidade de internalização de atribuir deveres estatais ao setor privado.

Desta maneira, podemos relacionar o conteúdo presente no livro com as contribuições de Rolnik (2018): a autora aponta que a fonte do capitalismo contemporâneo já não se reduz apenas em sua força econômica mas, sim, da subjetividade. Em síntese, o livro é a materialização da discussão apontada pela autora pois, em sua forma de literatura sancionada, este aborda a educação financeira de maneira que é necessário um olhar crítico para identificá-la. É nesse formato de escrita, aparentemente neutra, que as semióticas trabalham no sentido de produção de subjetividade alinhadas à lógica do capital.

3.3 - Finalidade das Literaturas do Acervo da EDCEF

Ao analisar os livros “Zequinha e a porquinha Poupança” e “A Família Mais Rica do Mundo”, podemos notar que, apesar de formas estruturais distintas - o primeiro sendo paradidático, com características expositiva e literal, e o segundo em forma de literatura-narrativa, sendo sutil e trazendo um caráter moralista de maneira implícita - ambos cumprem uma mesma função: produzir subjetividades voltadas para a lógica neoliberal e às demandas do mercado financeirizado.

Ainda que em diferentes estruturas e linguagens, os livros atuam a partir da legitimação legal, seguindo as orientações da OCDE e da ENEF, e tem como foco difundir as semióticas que, como aponta Guattari, promovem uma iniciação precoce ao sistema e valores do capitalismo, caminhando para a produção de uma subjetividade no que Rolnik chama de inconsciente colonial-capitalístico. Essa convergência evidencia o caráter estratégico da literatura infantil dentro da educação financeira, não apenas como recurso didático, mas como dispositivo de subjetivação que atua de maneira profunda, silenciosa e eficaz.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da contextualização do problema de pesquisa, dos elementos teóricos que subsidiaram a busca por respostas e a análise traçada dos livros que compõem o acervo da biblioteca da EDCEF, foi possível compreender como a educação financeira, ao ser incorporada por políticas públicas, tema transversal a ser trabalhado nas escolas, bem como materiais didáticos, ultrapassa a dimensão técnica de ensinar como organizar as finanças pessoais a fim de responder às demandas que a constituem. Ela encontra o campo do subjetivo, atuando como um dispositivo legal discursivo, propiciando a subjetivação voltada à formação de sujeitos conformados e alinhados às demandas do capitalismo neoliberal e financeirizado.

O recorte aqui traçado diz respeito à sua manifestação dentro de um dispositivo ainda maior e melhor estruturado - a EDCEF do Procon/JF - por meio das atividades educativas desenvolvidas e pelo acervo literário da biblioteca do órgão público. Dentro da instituição, a justificativa para sua implementação perpassa pelas recomendações da OCDE e da ENEF, tendo como um respaldo pelo CDC, especificamente no art° 4, no qual é descrita a Política Nacional de Relações de Consumo. Além disso, tem como documentos norteadores a portaria que institui a EDCEF e o regimento interno, com a apresentação de sua organização estrutural, competências e atribuições.

Nessa perspectiva, podemos concluir que os livros analisados não são neutros. Eles carregam intencionalidades e produzem efeitos formativos que se alinham à lógica do mercado financeiro, bem como de valores neoliberais. Essa constatação aponta para a necessidade de discutir sobre a política de uso das obras literárias. Tal conceito nos ajuda na compreensão de que não é suficiente escolher títulos para compor um acervo literário, é na forma como são apropriados e mediados nas práticas pedagógicas que são definidos os sentidos e efeitos que se espera alcançar. Pensar na política de uso é importante pois essa se constitui como elemento central na ativação desses dispositivos, podendo seguir o caminho de reforçar os discursos dominantes presentes nas obras ou provocar uma leitura que permita uma reflexão crítica.

Os livros selecionados do acervo da EDCEF para análise nesta pesquisa configuram-se como literatura sancionada, uma vez que legitimam valores e concepções de acordo com as colocações de organismos internacionais. No entanto, ao reconhecer a literatura como um campo de disputa semiótica, é necessário dizer da relevância da inserção de obras que aborde a educação financeira que desempenhem um papel de literatura proscrita, ou seja, narrativas que questionem as normas estabelecidas pelas classes dominantes, promovendo um espaço da literatura enquanto objeto para reflexão crítica sobre a realidade política-social. Desta forma,

citamos aqui o livro “Capital” de Afonso Cruz, um exemplo e sugestão de literatura proscrita que problematiza o sistema capitalista. Além de abordar a temática de forma a ir contra uma concepção tecnicista e normativa, a obra possui fruição estética e literária.O livro é classificado como um livro-imagem, sendo sua narrativa composta por imagens provocativas para pensarmos na ganância e no culto ao dinheiro. Além disso, o autor já recebeu diversos prêmios literários por suas obras, o que traz um destaque ainda maior para sua produção.

Dessa forma, concluímos que os dispositivos de educação financeira e de produção das infâncias provocadas pelos livros do acervo da EDCEF devem perpassar, sobretudo, pela política de uso, que orienta a mediação e práticas educativas elaboradas para o trabalho educacional desenvolvido pelo Procon/JF. É nessa dimensão que encontramos a possibilidade de ressignificar a literatura sancionada de modo que a educação financeira não se limite a ser instrumento da domesticação dos sujeitos, transformando-a em uma oportunidade de formação crítica. Essa é uma função de extrema necessidade para que a educação não seja restrita à função de manutenção do sistema capitalista, mas contribua para sua problematização e superação.

REFERÊNCIAS

ALVERNÁZ, Arimaire. Educação do Consumidor e Procon Mirim na percepção dos sujeitos institucionais e de multiplicadores. 2012.

BRASIL. Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Rideel, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base. Acesso em 03 agosto de 2025.

BRITTO, Reginaldo Ramos de. Educação Financeira: uma pesquisa documental crítica. 2012.

CANDIDO, Antonio et al. Direitos humanos e literatura. **Direitos humanos e Literatura. Cjp/Ed. Brasiliense**, v. 122, 1989.

CANDIDO, Antonio. Literatura, espelho da América?. **Luso-Brazilian Review**, p. 15-22, 1995.

CUNHA, Márcia Pereira. O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 41, p. e218463, 2020.

GUATTARI, Félix. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MUNAKATA, Kazumi. Produzindo livros didáticos e paradidáticos. São Paulo: PUC, 1997. (Tese de doutorado em História e Filosofia da Educação)

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. n-1 edições, 2019.

SOARES, Sônia Maria Albuquerque; COSTA, Anderlyse Araújo. A Atuação do PROCON/ALAGOAS nas Campanhas de Conscientização dos Direitos do Consumidor: Período 2009-2010. **Revista Semente**, v. 6, n. 6, 2011.

WOLLENHAUPT, Solange de Fátima et al. Comunicação e cultura: o caso do PROCON-MT: educação para o consumo através de interfaces digitais. 2022.